

Espacialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul

Rosa Moura*
Maria de Lourdes Urban Kleinke**

RESUMO

Como parte de convênio estabelecido entre o IPEA, o IBGE e o NESUR/UNICAMP, para o desenvolvimento do projeto Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil¹, o IPARDES prestou apoio na elaboração dos Estudos Regionais, que encerram a primeira fase do projeto. Este artigo sintetiza seus resultados, particularizando as análises realizadas sobre os efeitos espaciais da transformação e das tendências da base produtiva na configuração atual da rede urbana da Região Sul. Descreve os principais recortes espaciais – de concentração e de esvaziamento –, individualizados pelo padrão de crescimento econômico, populacional e pela funcionalidade urbana, assim como suas possibilidades indutoras no arranjo da dinâmica regional. Conclui qualificando a urbanização sulina, apontando suas principais tendências e sugerindo pontos a serem considerados pelas políticas públicas urbanas.

Palavras-chave: rede urbana, urbanização, espacialidades de concentração e de esvaziamento.

ABSTRACT

As part of the agreement between IPEA, IBGE and NESUR/UNICAMP, established for developing the Brazil Urban Net Trends and Characteristics project, IPARDES has supported the elaboration of Regional Studies concluding the project first stage. The present article summarizes the Regional Study results, particularly the spatial effect analyses of the production basis trends and changes on the current configuration of South Region urban net. It describes the main area restrictions – concentrating and emptying ones – individualized by their economy and population growth patterns and by urban functions, as well as by their inducing possibilities concerning regional process arrangements. Finally, it qualifies South urbanization pointing out its main trends and suggesting points to be taken into account by urban public policies.

Key words: urban net, urbanization, concentration areas, empty areas.

* Geógrafa, pesquisadora do IPARDES.

** Socióloga, pesquisadora do IPARDES.

¹ Nesse trabalho, responderam pelas análises referentes ao Rio Grande do Sul os técnicos José Antonio Fialho Alonso e Rosetta Mammarella, e prestaram assessoria técnica para as análises referentes a Santa Catarina os técnicos Gabriel Vieira Ferrari e Idaulo José Cunha.

RECONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A estruturação do sistema urbano da Região Sul configura uma rede de centros bem distribuídos no território, porém com nitidas áreas de concentração. A trajetória da organização desse sistema resulta da ocupação econômica da Região e se consolida com a reestruturação de sua base produtiva. Os anos 70 constituem o marco dessa reestruturação, com as mudanças ocorridas no setor agropecuário gerando o esvaziamento de extensas áreas rurais e o direcionamento dos fluxos migratórios para diversos centros urbanos. Num processo seletivo, alguns desses centros se consolidaram em áreas de elevada densidade, outros não tiveram sustentação econômica para manter o acréscimo populacional.

No curso dos anos 70, a base produtiva da Região apresenta progressiva diversificação, inclusive na agropecuária, pela modernização da produção e pela grande expansão de culturas, que permite a entrada na comercialização de *commodities* e na agroindustrialização. No setor industrial, surgem ramos modernos na linha da metal-mecânica.

Essa diversificação da base produtiva da Região Sul altera o perfil da economia dos estados. No Paraná, as atividades do setor primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% da renda gerada, progressivamente passam a ser superadas pelas do setor secundário, que consolida sua participação atingindo, em 1996, quase 50% dessa renda. Mesmo assim, a agricultura continua a ter um papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva, uma vez que 65% do valor bruto da produção agropecuária corresponde à produção de soja, trigo e milho – importantes como *commodities* e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como enquanto insumos à cadeia protéico-animal.

O sistema cooperativo do Paraná tem importância particular para esse desempenho, dada a participação intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização do produto agrícola. No entanto, são evidentes os sinais de esgotamento dessa dinâmica, seja pelos limites à expansão de área e mesmo de rendimento das lavouras – cujas possibilidades são praticamente nulas – seja porque, da ótica industrial, não há como expandir os primeiros beneficiamentos e, no novo padrão agroindustrial, já não contam as vantagens da proximidade da matéria-prima.

Numa dinâmica paralela e inversa, os segmentos da indústria moderna da metal-mecânica apontam para uma mudança qualitativa na estrutura industrial do Estado, centrada na Região Metropolitana de Curitiba. Nos anos 90, essa estrutura vem alterando sua composição, incorporando novos segmentos e, desse modo, criando uma nova dinâmica. O padrão resultante deverá estar dominado pela incorporação de montadoras estrangeiras, de supridores diretos e de planos de expansão para os segmentos já instalados. Sua concretização está apoiada em fortes estímulos fiscais e no reforço à instalação de infra-estrutura, como duplicação e manutenção de rodovias, implementação de fibras óticas de telefonia celular e ampliação de oferta, distribuição e transmissão de energia.

Em Santa Catarina, a década de 70 estruturou sua conformação atual, tendo na base produtiva nitidamente industrial e em contínuo reforço a principal característica de sua economia. Nessa época, as deficiências de infra-estrutura – rodovias, energia e comunicações – foram em grande medida supridas por investimentos federais e do Estado. No âmbito empresarial, foram substanciais os investimentos viabilizados por uma política industrial que contou com dispositivos de financiamento federais e locais, para a aquisição de máquinas e equipamentos.

No início dos anos 80, o setor industrial não só é diversificado como já estão presentes – com participações significativas e crescentes – os segmentos dinâmicos, conformando um perfil de distribuição equilibrado entre os três principais complexos da economia estadual e desconcentrado regionalmente. A mesorregião Norte Catarinense responde por 27,76% do valor adicionado em 1996. É o principal pólo industrial do Estado, dadas as vantagens de maior diversificação industrial, concentração da metal-mecânica e modernos segmentos da matéria plástica. É seguida pela mesorregião do Vale do Itajaí – com 25,07% do valor adicionado estadual –, que reúne os maiores centros produtores do complexo têxtil e de confecção. A terceira mais importante mesorregião é a Oeste Catarinense, com 22,20% de participação, onde atuam os grandes grupos da agroindústria.

A estruturação empresarial é a característica mais forte do novo padrão industrial, com a formação de grandes grupos a partir da aquisição de unidades produtivas já existentes e da implementação de novas plantas em direção à complementaridade das cadeias produtivas, um processo mais evidente nos segmentos da agroindústria e da indústria têxtil e confecção. Esse perfil concentrador, seguido de reinvestimentos no próprio setor, consolidou estruturas industriais que acompanharam as exigências do novo padrão tecnológico, tornando-se competitivas tanto no mercado exportador quanto no mercado interno.

A evolução do modelo catarinense – com empresas verticalizadas, modernas e de grande porte, liderando segmentos industriais especializados – se traduz em expansões cujo patamar de competitividade já extrapola reinvestimentos na própria região. Tal processo é visível com a expansão de importantes unidades produtivas para outros estados e mesmo para outros países, resultando em limites para Santa Catarina. Associado a esse fator, pesam particularmente as mudanças no complexo têxtil e confecção, que progredem para a valorização de determinados processos e produtos da atividade com a redução drástica dos demais. Isso é uma ameaça para grande parte do parque têxtil e de confecção do Estado, que sustenta muitos dos empregos diretos e de pequenas unidades – vale notar que não surgiram novos segmentos nesse período e não estão previstos para o Estado investimentos automotivos.

A economia gaúcha sempre deteve um setor exportador dinâmico e competitivo, ainda que fosse baseado em um ou poucos itens. Inicialmente teve o trigo como principal produto de exportação, posteriormente a carne (charque ou frigorificada) e a lã ovina e, mais recentemente, a soja e seus subprodutos, além de calçados, fumo, frangos e alguns manufaturados que constituem o carro-chefe das vendas externas.

Após uma década com alto desempenho, a economia gaúcha teve, nos anos 80 e 90, taxas de crescimento médio anual muito semelhantes às da economia brasileira. Constatam-se diferenças no fato de que as mudanças na configuração espacial da economia brasileira nos últimos 30 anos vêm apontando para uma desconcentração da atividade econômica a partir do Sudeste. No Rio Grande do Sul, não é possível afirmar que tenha ocorrido um movimento que denotasse desconcentração industrial. Na verdade, alguns estudos demonstram que as modificações na geografia da indústria riograndense têm ocorrido predominantemente no interior da Região Metropolitana e em seu entorno. Simultaneamente, as desigualdades inter-regionais de renda têm se acentuado no Estado, resultando em regiões como a que usualmente é chamada Metade Sul, estagnada há quase meio século e sem sinais de recuperação.

Os três estados do Sul têm em comum a tendência de fortalecimento dos segmentos modernos da metal-mecânica. No Paraná, os impactos das linhas de atuação já são perceptíveis e confirmam o reforço das áreas de aglomeração pela concentração dos investimentos econômicos previstos – a grande maioria, na linha da metal-mecânica, se destina à aglomeração Metropolitana de Curitiba (59,18%).

Em Santa Catarina, com uma política distinta, centrada no esforço de retenção dos grupos existentes e no apoio a novos, os investimentos previstos no Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), pautado em incentivos fiscais, correspondem a projetos da indústria têxtil (27,08%), da agroindústria (20,31%) e dos demais segmentos industriais (52,61%). Esses investimentos, especialmente, obedecem à hierarquia dos pólos econômicos. O maior montante está destinado à aglomeração de Joinville, e volumes de recursos um pouco menores à aglomeração de Blumenau e ao oeste catarinense. A presença de diversas empresas da metal-mecânica e da indústria de plásticos, com expressão nacional e qualificadas empresarial e tecnologicamente, já atuando como fornecedoras de autopeças no mercado nacional, reforçará a integração do conjunto formado pela proximidade entre o pólo metal-mecânico da aglomeração de Joinville, o da aglomeração de Porto Alegre, bem como o pólo automotivo em implantação na aglomeração de Curitiba.

No Rio Grande do Sul, dos investimentos industriais incentivados pelo Fundo de Operação Empresa do Rio Grande do Sul (Fundopem), observa-se que 83,06% estão previstos para a Região Metropolitana de Porto Alegre (ramo automotivo e toda sua cadeia mais imediata) sendo 7,70% na extensa área que a circunda. Outros 13,49%, serão distribuídos entre as aglomerações urbanas Nordeste Riograndense (complexo metal-mecânico, material de transportes, madeira e móveis, produtos de matéria plástica, material elétrico e de comunicações e bebidas) e Pelotas/Rio Grande (madeira e minerais metálicos).

Na área do entorno metropolitano, os gêneros que não exigem alto grau de aglomeração urbano-industrial para sua reprodução podem operar a custos mais baixos, ao mesmo tempo que absorvem as vantagens da proximidade do aglomerado metropolitano. Essa distribuição indica um aumento substancial da concentração espacial do parque industrial do Estado, além de expressar um movimento de reconcentração no interior da Região Metropolitana, em municípios nos quais se acreditava estarem esgotadas as possibilidades de atração de novas plantas, devido aos custos elevados do solo e às deseconomias de aglomeração.

Os demais segmentos estruturantes das aglomerações sulinas encontram-se, de modo geral, pressionados por exigências de reestruturação tecnológica e empresarial, assim como de reconversão produtiva e deslocamentos espaciais.

Nesse contexto, a agroindústria, em suas diferentes especialidades, deve continuar como o fator de sustentação da economia de grande parte do interior do Paraná, de todo o oeste catarinense e do planalto gaúcho. Contudo, dificilmente vai reproduzir o desempenho anterior. No Paraná, já é nítido o esgotamento de sua dinâmica em bases extensivas, sem a possibilidade de incorporação de novas áreas ou de ganhos expressivos de produtividade que assegurem maior oferta. As alternativas para sua expansão são de duas ordens: o deslocamento para novas regiões produtoras – o que já é evidente em direção ao Centro-Oeste brasileiro – ou o seu avanço em direção a um novo padrão agroindustrial orientado à produção de bens mais elaborados, condizentes com a qualidade e estratégia das grandes indústrias de alimentos. O segmento agroindustrial catarinense, diferentemente do Paraná, ostenta o perfil de uma sofisticada indústria de alimentos. Contudo, sua posição nos mercados nacional e internacional depende de aumentos de produção e produtividade em todos os segmentos da cadeia produtiva do complexo. Assim, ainda que a política do Estado defina também esse segmento como área prioritária de incentivos fiscais, via Prodec, a retenção de seus reinvestimentos será limitada. Os planos de expansão dos grandes grupos – como Perdigão, Sadia e Ceval – incluem Santa Catarina, porém os maiores montantes se destinam a novas áreas de atuação no Centro-Oeste e em outros países.

A região do Planalto Riograndense, tipicamente agropecuária (principalmente lavoureira), está recebendo 2,16% dos investimentos do Estado, geograficamente concentrados nas aglomerações descontínuas polarizadas por Passo Fundo e Ijuí. Essas duas aglomerações estão consolidando sua centralidade na região, na medida em que já constituem o principal pólo de crescimento há mais de duas décadas. Seu fortalecimento depende, em grande medida, da expansão do setor agropecuário. Outros investimentos em plantas ligadas à base agropecuária regional que terão repercussão somente local, portanto, sem possibilidade de alavancagem da renda agregada regional, estão dispersos entre os municípios de Uruguaiana, Quaraí, Alegrete e São Gabriel e correspondem a 0,19% do total do Estado.

No centro dessas transformações, cresce e se consolida na economia do Sul uma abertura comercial aos mercados interno e externo, tendo como particularidade uma pauta com a presença significativa de produtos mais elaborados.

Os países do Mercosul, pela proximidade geográfica, tornam-se cada vez mais presentes e considerados nas estratégias empresariais. Entretanto, no âmbito de suas relações, as oportunidades comerciais não apresentam uma particularidade maior para os estados do Sul. Estes se encontram entre os principais exportadores, porém são superados por São Paulo, que lidera com grande vantagem, e por Minas Gerais. Santa Catarina, ainda que com a menor participação nas exportações, é o Estado que vem apresentando maior avanço nessa relação comercial.

A expansão de algumas empresas para os países desse bloco se dá por vantagens locais ou de complementaridade, como estratégia de grandes grupos ou cooperativas para fins de ganhos de escala e produtividade. No entanto, é praticamente inexistente uma perspectiva mais política de integração a partir de relações complementares e de reforço mútuo interempresariais, visando a posições mais competitivas do bloco econômico do Mercosul ante outros mercados.

Desse modo, a tônica no arranjo espacial da atividade econômica da Região Sul é de reconcentração em alguns pontos do território, vindo a reforçar exatamente as áreas de concentração urbana.

REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Os anos 70 representaram, para a Região Sul, um período de urbanização intensa e de concentração populacional em aglomerações urbanas – espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 ou 80). Essas feições se confirmam na década de 80 e início dos anos 90, apontando para tendências de consolidação do processo.

As mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos fluxos migratórios, inicialmente em direção às fronteiras internas e posteriormente às externas, fundamentalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano. No entanto, o acelerado ritmo de crescimento da população urbana – da ordem de 5% a.a. nos anos 70 – declina, nos anos seguintes, para taxas geométricas inferiores a 3% a.a. A população rural, sofrendo fortes decréscimos, provoca perdas na população total dos estados, que, de absorvedores nos anos 60, passam à condição de expulsores nos anos subseqüentes: o Paraná, num declínio acentuado, chega a apresentar taxas inferiores a 1% a.a., mostrando sinais de recuperação entre 1991 e 1996, quando cresce à taxa de 1,28% a.a.; o Rio Grande do Sul, num declínio continuado, atinge nesse período 1,07% a.a.; e Santa Catarina, com reduções menos acentuadas, apresenta a taxa de 1,43% a.a.

Os movimentos migratórios, refletindo as diferentes etapas do processo de transformação da estrutura produtiva regional, marcam ritmos diferenciados de crescimento demográfico, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora revertendo tendências. Assim, a intensidade dos fluxos emigratórios inter-regionais vem sofrendo redução, ainda que no Paraná o saldo migratório negativo mantenha-se muito elevado. A imigração de retorno começa a ter impulso nos anos 80, provavelmente devido ao esgotamento das oportunidades de inserção produtiva na fronteira agrícola do norte do país e às dificuldades impostas pela crise econômica, que estreitou as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho urbano-industrial do centro-sul brasileiro. Verifica-se também a importância dos deslocamentos intra-estaduais, com o predomínio de trocas entre áreas do próprio interior dos estados, responsáveis por novas aglomerações constituídas a partir do reforço de grandes e/ou médios centros que se tornam áreas de atração, incluindo nessa atratividade seus municípios adjacentes. Mesmo assim, as aglomerações metropolitanas continuam representando focos receptores importantes, tanto da imigração inter quanto intra-estadual.

Embora seja constatada relativa desaceleração no processo de urbanização, esta vem se mantendo concentrada e em grau elevado, estando a maioria da população a viver em vilas e cidades, e de forma mais adensada em poucos municípios dos estados. Isso decorre do fato de que a crise que se abateu no meio rural continua expulsando parcelas de população com destino aos centros urbanos, mesmo que estes tenham perdido, em termos relativos, a capacidade atrativa dos anos anteriores quanto à possibilidade de oferta de melhores condições de vida.

Assim, a principal característica da rede urbana sulina, comum nos três estados, é a constituição de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, a conjunção de municípios cada vez mais populosos que demarcam áreas de aglomeração – em 1996, 62,37% da população da Região Sul vivia em cidades com mais de 50 mil habitantes, a maioria integrando as espacialidades de concentração (mapa 1). Noutro extremo, é significativo o número de municipalidades que se enquadra na categoria de crescimento menor que 1% a.a. ou com decréscimo de população. No período 1980-91, esse número chega a representar 76,2% dos municípios do Paraná, 54,9% dos de Santa Catarina e 66,6% dos municípios do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que a grande maioria destes vivenciava um processo de esvaziamento desde a década de 70. Ou seja, dos municípios enquadrados nessa categoria de crescimento entre 1980 e 1991, no Paraná, desde a década de 70, já perdiam população 81,7%; em Santa Catarina, 61,3%; e no Rio Grande do Sul, 59%.

Uma análise das taxas de crescimento populacional dos municípios do Sul aponta para a redução da intensidade do crescimento. Até a década de 70, o crescimento dos municípios da Região

estava associado às possibilidades de sustentação das próprias áreas rurais, com a atividade agropecuária em expansão e uma industrialização incipiente. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial, especialmente nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba entre 1970 e 1980, os municípios do Rio Grande do Sul já apresentavam sinais generalizados de esvaziamento e os do Paraná formavam áreas de forte evasão, principalmente no norte e noroeste, enquanto os de Santa Catarina mantinham ainda um crescimento elevado. Nos três estados, os núcleos concentradores já estavam se definindo: no Rio Grande do Sul, consolidava-se a área metropolitana de Porto Alegre, a região de Caxias do Sul, de Passo Fundo, de Ijuí e de Pelotas; no Paraná, além da configuração da área metropolitana de Curitiba, já apontavam como concentradores os núcleos de Londrina e Maringá; e, em Santa Catarina, se definiam os núcleos de Blumenau, Joinville e Florianópolis.

Nos anos 80, o crescimento urbano expandiu-se associado à persistência e expansão do esvaziamento rural, o qual se intensifica no noroeste do Rio Grande do Sul, passa a incluir as regiões oeste e sudoeste do Paraná e tem início no oeste catarinense. Consolidam-se as aglomerações metropolitanas e as aglomerações urbanas anunciadas na década anterior, ao redor de núcleos concentradores, e insinuam-se novas concentrações, como as de Cascavel/Toledo e Foz do Iguaçu, no Paraná, e Itajaí em Santa Catarina. Concomitantemente, inicia-se a configuração de inúmeras aglomerações contínuas aos centros urbanos concentradores dos três estados. Nessa época, já se verifica um crescimento bastante intenso nos municípios litorâneos.

Os anos 90 apontam para a continuidade do esvaziamento rural de forma generalizada, incorporando novas áreas, sem ainda haver se esgotado nas áreas pioneiras. Esse fenômeno, entre 1991 e 1996, ocorria em 78,12% dos municípios da Região Sul, significando que prosseguia seu curso, agora sobre contingentes de população bastante reduzidos. O Paraná é o Estado com a maior proporção de municípios nessa condição.

Para o contexto demográfico da Região Sul, o início do decréscimo da população urbana em alguns centros pode ser considerado um novo fenômeno explicativo do momento de transição. O ritmo de crescimento mais intenso é observado nas taxas de municípios pertencentes às aglomerações urbanas, metropolitanas ou não-metropolitanas. Registra-se também a ampliação de suas áreas de polarização, de sua densidade e do conjunto envolvido na contiguidade da ocupação.

As aglomerações se reforçam com o crescimento extremamente elevado dos municípios periféricos, mesmo com a pequena redução do crescimento da população dos pólos. A aglomeração metropolitana de Porto Alegre começa a expandir-se na direção de pequenas aglomerações vizinhas, como Lajeado e Estrela, Santa Cruz do Sul e Montenegro, inserindo-as numa dinâmica comum. Articulação similar ocorre também entre as aglomerações do leste catarinense e do norte do Paraná.

Dentre os poucos municípios com crescimento da população rural (a grande maioria não alcançando o patamar de referência de 1% a.a.), a quase totalidade situa-se em áreas de fraca dinâmica rural, como é o caso de municípios localizados nas aglomerações urbanas e metropolitanas. Podem estar associados à reconversão agrícola, pela proximidade aos centros consumidores, mas, fundamentalmente, decorrem de um crescimento urbano que extrapola os limites do perímetro urbano oficialmente constituído. Acima da média de 1% a.a. entre 1980 e 1991, encontram-se apenas 16 municípios no Paraná, 22 em Santa Catarina e 83 no Rio Grande do Sul.

O comportamento do crescimento da população e do grau de urbanização por classe de tamanho, analisado sob o recorte por Cluster (UNICAMP/NESUR, 1998), demonstra que o conjunto de municípios com população total em 1991 de até 16.718 habitantes está perdendo população, com taxas de -0,26% a.a. – único grupo nessa condição; é também o grupo com menor grau de urbanização (44,41%). Essa situação de perda está bastante condicionada pelo comportamento do Paraná, enquanto nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul o grupo tem taxas ínfimas porém positivas. O grupo com população entre 16.767 e 27.504 habitantes apresenta o pequeno crescimento de 0,53% a.a., também condicionado pelo Paraná, que registra decréscimo, enquanto os demais estados apresentam crescimento próximo às suas respectivas médias; seu grau de urbanização é também baixo (58,17%). O grupo com população entre 27.684 e 76.592 habitantes tem seu crescimento em 1,29% a.a. e a urbanização mais expressiva (72,22%).

Uma das maiores intensidades de crescimento está no grupo com população entre 76.968 e 390.100 habitantes, que reúne os municípios mais urbanizados. Sua taxa de crescimento é de 2,43% a.a. e seu grau de urbanização, 89,80%. Tal crescimento é fortemente condicionado por Santa Catarina, que apresenta a maior taxa entre os três estados (3,07% a.a.).

Os centros com população urbana superior a 50 mil habitantes são fundamentais na organização da rede urbana regional. Distribuem-se em toda a extensão geográfica dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, em Santa Catarina, de forma mais concentrada no eixo leste (mapa 2). Muitos deles se aglutinam nos espaços das aglomerações urbanas e metropolitanas, mas o arranjo espacial, ao longo das décadas, reforça também a importância de poucos centros isolados, hoje correspondendo exatamente aos pólos regionais e sub-regionais consolidados do interior.

Os municípios das áreas metropolitanas – considerando-se apenas as regiões metropolitanas oficialmente instituídas pelas leis federais 14 e 20/73 – se destacam nessa análise por Cluster por apresentar um crescimento ainda mais elevado (2,70% a.a.) e grau de urbanização bem superior aos dos demais (95,62%). Esse comportamento ressalta a importância da atratividade exercida por essas regiões no Sul. Os pólos dessas aglomerações ainda apresentam crescimento elevado, especialmente Curitiba, que, entre 1980 e 1991, cresceu à taxa de 2,28% a.a., mantendo essa intensidade no período 1991-96 (2,31%). Porto Alegre, já com sinais de arrefecimento, cresceu 1,06% a.a. entre 1980 e 1991, reduzindo o ritmo para 0,41% entre 1991 e 1996. Essas aglomerações aumentam a participação de sua população no total dos respectivos estados – Porto Alegre passa de 28,70%, em 1980, para 32,23% em 1996, e Curitiba passa de 18,88% para 26,23% –, enquanto os pólos metropolitanos reduzem sua participação no total regional – de 50,44% para 41,50% e de 71,15% para 62,30%, respectivamente, de 1980 a 1996 em Porto Alegre e Curitiba.

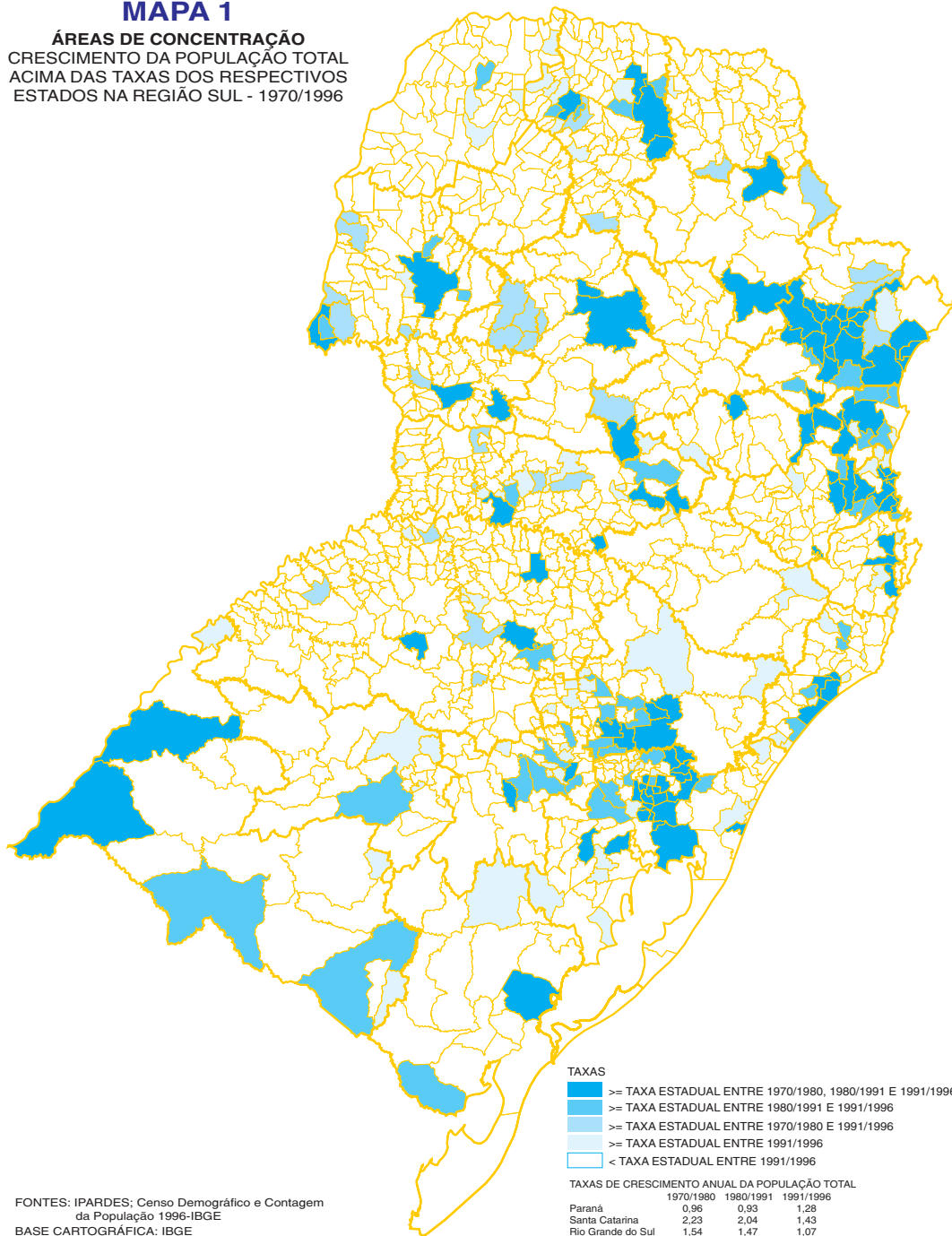
De modo geral, o grupo de municípios de menor tamanho vem perdendo participação em favor dos grupos de maior tamanho. Esse padrão não rompe, contudo, o equilíbrio da rede urbana da Região Sul, comparativamente a outras regiões brasileiras. Enquanto em alguns estados do Norte, Nordeste, e até mesmo no Rio de Janeiro, aproximadamente mais da metade da população urbana reside nas capitais, no Sul, Porto Alegre concentra 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% dessa população em 1996 – sendo esta a capital brasileira que retém a menor proporção da população urbana do Estado.

Recorrendo ao recorte da tipologia dos municípios (IBGE, 1991, atualizada por IPARDES), na Região Sul ainda predominam municípios rurais (49,08%), ou seja, com grau de urbanização inferior a 50% e atividades centradas no setor primário. Considerável número de municípios (26,52%) encontra-se em transição para o urbano, com grau de urbanização já superando os 50%. Os municípios desses dois tipos, contendo 33,09% da população da Região Sul, estão na grande maioria sofrendo um processo de esvaziamento. Também está submetida ao mesmo processo uma parcela dos municípios pequenos, porém com grau de urbanização superior a 75% e características de ocupação tipicamente urbanas.

Esses municípios têm uma economia predominantemente rural e grande absorção da mão-de-obra no terciário, dependente muitas vezes de atividades da administração pública municipal. A fragilidade de sustentação econômica dessas atividades garante a permanência de uma população mínima, com níveis de crescimento abaixo do vegetativo, ou leva a uma perda absoluta. Porém, há um conjunto de municípios desse tipo, situado nas espacialidades de concentração, com tendência distinta, integrado à dinâmica das aglomerações, vivendo um processo de urbanização crescente com taxas de crescimento da população bastante elevadas.

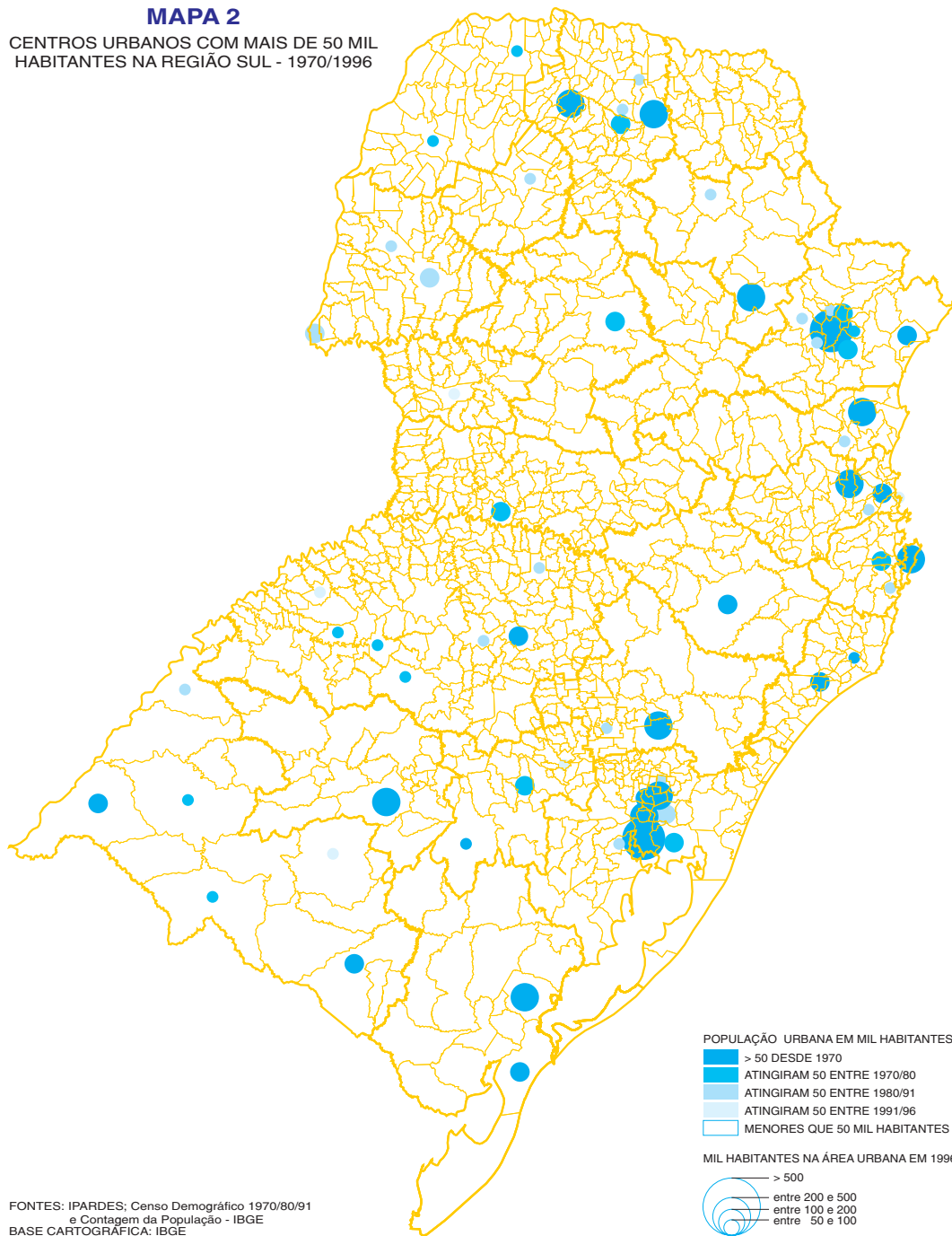
Os municípios urbanos de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes e grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principalmente na indústria, comércio e serviços, são os pólos da rede urbana e os principais integrantes das aglomerações da Região Sul, com tendências de continuidade de seu processo concentrador. Há exceções em casos de antigos pólos que consolidam sua centralidade mesmo em áreas com desaceleração da dinâmica da base produtiva (mapa 3).

MAPA 1
ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO
 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL
 ACIMA DAS TAXAS DOS RESPECTIVOS
 ESTADOS NA REGIÃO SUL - 1970/1996



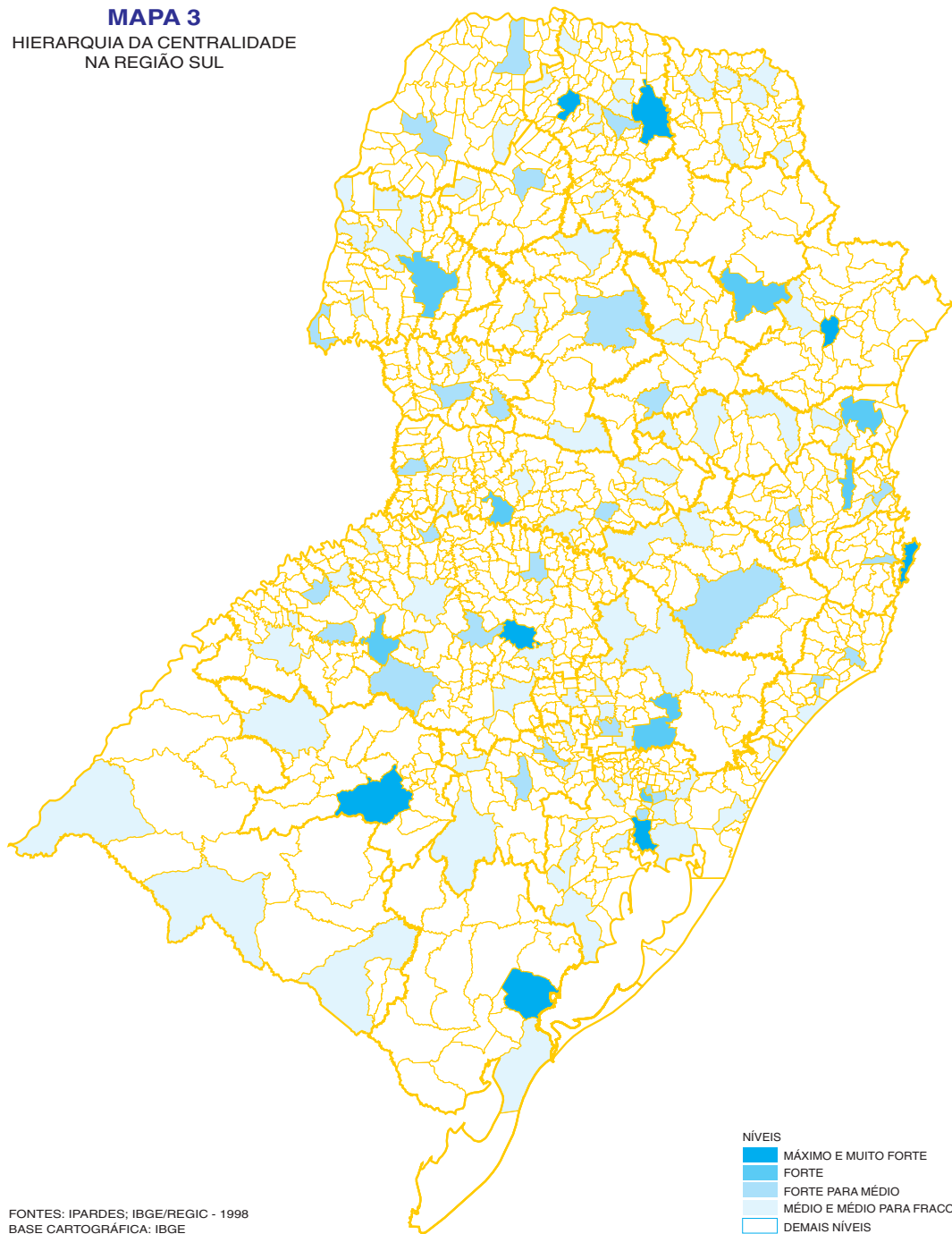
MAPA 2

CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES NA REGIÃO SUL - 1970/1996



FONTES: IPARDES; Censo Demográfico 1970/80/91 e Contagem da População - IBGE
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE

MAPA 3
HIERARQUIA DA CENTRALIDADE
NA REGIÃO SUL



REDE DE AGLOMERAÇÕES E CENTROS

A inserção dos estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da metal-mecânica, até pouco tempo mais restritos ao Sudeste brasileiro, vem favorecendo o eixo que se estende desde a aglomeração metropolitana de Curitiba, passando pelo leste catarinense, que envolve as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, que incorpora a aglomeração urbana de Caxias do Sul.

Ao longo desse eixo, situam-se os municípios com as maiores taxas de crescimento populacional da Região, nas últimas décadas, constituindo extensa área de forte concentração econômica e demográfica.

As vantagens comparativas desse eixo fazem com que se dirijam para lá os principais investimentos em curso ou previstos para o Sul. Embora com políticas de atração e/ou reforço de investimentos diferenciadas entre os três estados, esse eixo seguramente configurará um complexo econômico e social de grandes proporções no cenário da urbanização brasileira.

Em menor escala, o fenômeno da concentração também ocorre em outras áreas da Região, movido por atividades tanto de uma indústria diversificada quanto da agroindústria, que exercem importante papel na configuração da rede de cidades do interior dos estados.

Esse cenário concentrador organiza o espaço sul-regional a partir de aglomerações de diferentes portes, distintas por suas características econômico-sociais e por sua morfologia. De acordo com critérios e indicadores utilizados para hierarquizar as aglomerações e centros urbanos em todas as grandes regiões,² foram definidas as seguintes categorias na escala da rede urbana da Região Sul: aglomerações urbanas metropolitanas e pré-metropolitanas, aglomerações urbanas (com maior e menor porte), aglomerações descontínuas, eixos articulados, ocupações contínuas de fronteira e litorâneas, centros regionais e subregionais isolados (tabela 1 e mapa 4).

As unidades espaciais que se distinguem no comando da dinâmica regional são as aglomerações urbanas metropolitanas e pré-metropolitanas e as aglomerações urbanas de maior complexidade, pela abrangência de sua importância econômica e funcional – impulsionadas por atividades dos segmentos modernos de produção e serviços –; por conformarem manchas de ocupação derivadas de conurbação e/ou periferação, envolvendo municípios limítrofes com contiguidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação; e por apresentarem população urbana e densidade demográfica elevadas, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e estrutura ocupacional majoritariamente centrada em atividades urbanas (setores secundário e terciário). Essas unidades são:

² O indicador-base para a identificação e escalonamento das categorias espaciais dessa rede urbana, para a Região Sul, foram as taxas geométricas de crescimento anual dos períodos 1970-80, 1980-91 e 1991-96, selecionando como espacialidades de concentração ou principais categorias na escala da rede urbana os conjuntos de municípios com crescimento superior à média dos estados em dois ou três intervalos. Outros indicadores considerados foram: tamanho da população; nível de centralidade, principalmente para identificação dos pólos das aglomerações e demais centros destacáveis; grau de urbanização; população economicamente ativa ocupada em atividades urbanas; densidade demográfica; e participação no total do valor adicionado fiscal do Estado. Dentro da disponibilidade, foram considerados os levantamentos de fluxos de passageiros e, para o caso das aglomerações, complementarmente, a mancha de ocupação dos municípios em relação ao pólo ou a subpólos. Ressalve-se que os contornos dessas aglomerações obedecem exclusivamente aos critérios explicitados, desvinculando-se de qualquer recorte institucional oriundo de legislações estaduais e/ou federais que tenham criado regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas.

TABELA 1 - ESCALA DA REDE URBANA DA REGIÃO SUL - 1980/1996

CATEGORIA	UF	POPULAÇÃO 1996		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		GRAU DE URBANIZAÇÃO 1996	DENSIDADE	PARTICIPAÇÃO VALOR ADICIONADO 1996 ⁽³⁾	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS
		Total	% no Total do Estado	1980/91	1991/96				
Aglomerações Metropolitanas									
	RS	3 752 469	38,94	2,33	1,26	92,84	321,44	49,79	Terciário complexo; indústria diversificada com peso coureiro-calçadista
	PR	2 381 195	26,45	3,03	3,44	93,08	260,13	39,722	Terciário complexo; indústria diversificada com peso na metal-mecânica
Aglomerações Pré-Metropolitanas									
	SC	595 128	12,21	3,49	1,75	89,97	258,86	8,174	Terciário complexo com peso no turismo; polo tecnológico
Aglomerações Urbanas									
	PR	773 604	8,59	2,07	1,65	93,29	172,29	7,101	Terciário complexo; indústria diversificada com peso na agroindústria de alimentos
	RS	611 946	6,35	1,84	1,96	82,00	131,69	11,062	Complexo metal-mecânico
	SC	582 626	11,95	3,77	2,83	88,60	156,83	21,143	Indústria metal-mecânica
	RS	506 901	5,26	1,58	1,00	93,26	91,47	4,799	Terciário-portuária
	SC	443 131	9,09	2,59	2,19	83,20	188,01	15,348	Indústria têxtil e confecção
	PR	380 527	4,23	3,73	2,70	95,58	306,38	3,377	Indústria diversificada com peso na agroindústria da soja e têxtil
	PR	353 533	3,93	2,38	1,33	88,19	77,26	4,149	Agroindústria da soja
	SC	329 511	6,76	3,34	2,86	80,23	174,62	4,987	Indústria de minerais não-metálicos
	SC	285 375	5,85	4,04	4,11	95,04	342,18	5,415	Terciário-portuária e turismo
	PR	248 317	2,76	3,75	3,98	97,76	282,50	6,166	Terciário-turismo
Aglomerações Descontínuas									
	RS	333 414	3,46	0,28	0,50	85,91	63,74	3,081	Indústria diversificada com peso na agroindústria
	PR	323 855	3,60	2,13	1,68	89,02	61,63	3,907	Indústria diversificada com peso na agroindústria de laticínios
	RS	320 572	3,33	1,31	1,10	91,57	105,31	2,842	Indústria diversificada com peso na agroindústria
	SC	317 270	6,51	3,79	0,44	78,41	101,69	9,083	Indústria agroalimentar de carnes
Elhos Articulados									
	SC	174 783	⁽³⁾	2,30	1,80	78,33	46,86	⁽³⁾	Indústria do mobiliário
	PR	155 564	1,73	1,25	0,83	78,82	92,71	1,364	Agroindústria de aves e suínos
	RS	89 825	0,93	1,21	1,61	78,54	21,79	0,680	Terciário-turismo
	SC	88 885	1,82	3,51	2,30	81,59	62,20	1,930	Indústria agroalimentar de frutas e madeira
Ocupações Contínuas de Fronteira									
	RS	124 881	1,30	2,30	1,25	90,69	18,45	1,276	Terciário
	RS	85 554	0,89	1,50	1,31	92,89	12,29	0,443	Terciário

continua

TABELA 1 - ESCALA DA REDE URBANA DA REGIÃO SUL - 1980/1996

CATEGORIA	UF	POPULAÇÃO 1996		TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		GRAU DE URBANIZAÇÃO O 1996	DENSIDADE	PARTICIPAÇÃO VALOR ADICIONADO 1996 ⁽¹⁾	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	conclusão
		Total	% no Total do Estado	1980/91	1991/96					
Literâneas										
Rio Grande do Sul		118 409	1,23	1,02	1,79	1,04	85,37	90,80	0,809	Terciário-balneario
Santa Catarina		38 161	0,78	2,10	2,17	2,17	84,49	132,50	0,222	Terciário-balneario
Paraná		50 356	0,56	4,61	11,42	11,42	84,00	35,19	0,132	Terciário-balneario
Centros Regionais										
Santa Maria	RS	233 351	2,42	1,79	1,73	1,73	91,74	89,34	1,242	Terciário (serviços públicos); agroindústria de alimentos
Guarapuava	PR	155 835	1,73	2,17	2,02	2,02	85,25	43,22	1,527	Indústria diversificada com peso em madeira
Paranaguá	PR	124 920	1,39	2,48	2,97	2,97	86,48	121,87	1,318	Terciário-portuária
Centros Sub-Regionais										
Lages	SC	148 860	3,05	1,39	1,39	-0,32	93,15	28,10	2,233	Indústria da madeira e papel
Bagé	RS	115 657	1,20	1,58	1,38	1,38	81,88	20,38	0,566	Terciário de apoio à agropecuária
Umarama	PR	90 878	1,01	-0,03	0,44	0,44	84,24	54,71	0,490	Terciário de apoio à agropecuária; Indústria têxtil/confeção
Cachoeira do Sul	RS	88 612	0,92	0,67	-0,12	-0,12	82,39	22,62	0,498	Terciário de apoio à agropecuária
Tubarão	SC	83 728	1,72	2,13	1,14	1,14	85,98	294,82	1,283	Indústria extrativa do canoá
Campo Mourão	PR	79 508	0,88	2,59	0,40	0,40	92,49	103,53	0,599	Agroindústria cooperativada - centro processador de soja
Paranaval	PR	72 972	0,81	0,77	0,53	0,53	92,96	60,51	0,440	Terciário de apoio à agropecuária; Indústria têxtil/confeção e suco-alcooleira
Rio do Sul	SC	47 822	0,98	2,10	0,94	0,94	93,27	185,23	0,893	Terciário de apoio à agricultura de pequenos produtores
União da Vitória	PR	45 945	0,51	0,95	0,86	0,86	92,37	62,68	0,501	Indústria da madeira e enva-mate
São Miguel d'Oeste	SC	36 337	0,75	1,51	-1,45	-1,45	73,63	86,11	0,437	Agroindústria da carne (aves e suínos)

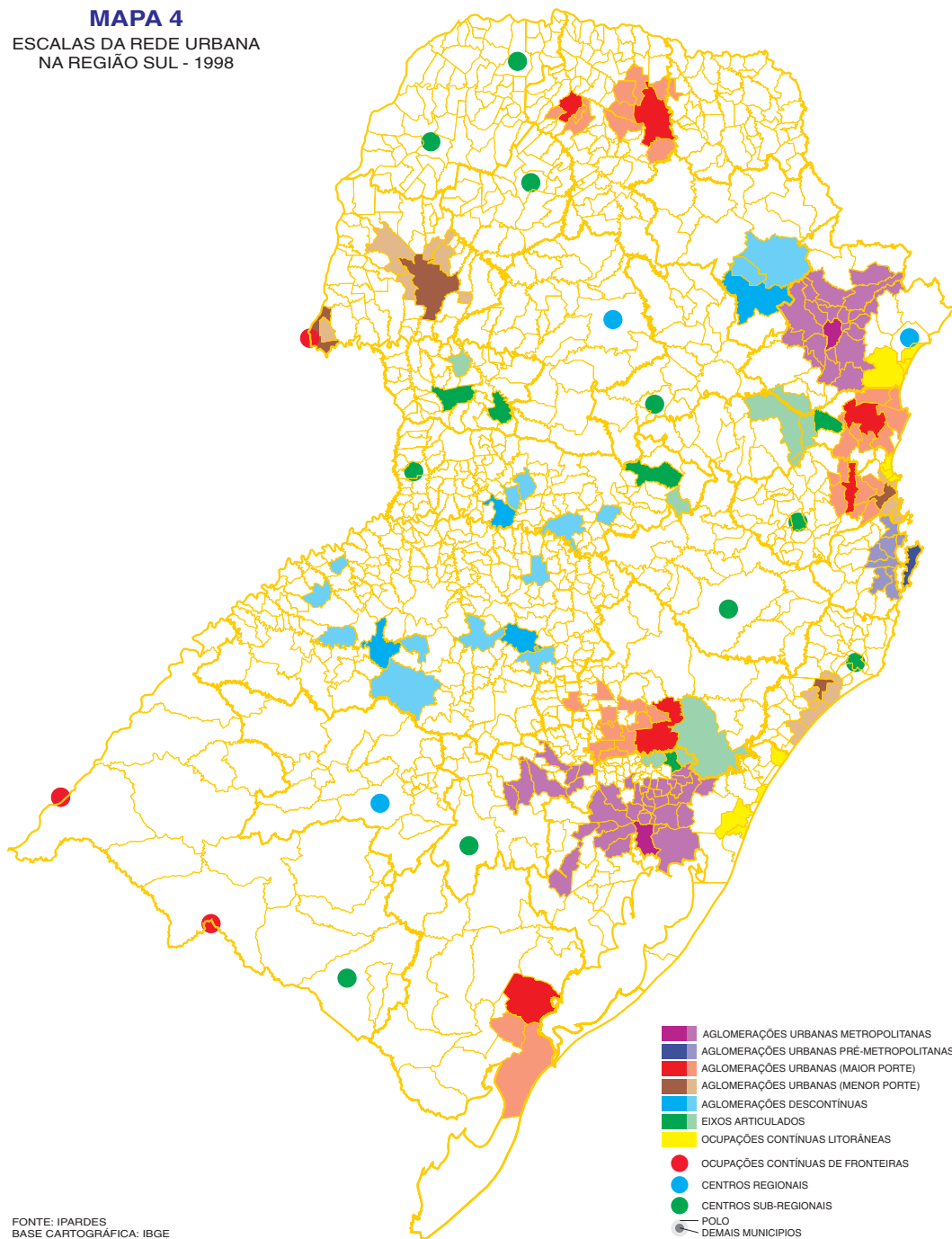
FONTE: IPARDES, IBGE, Contagem da População/1996-IBGE, SEFA/PPM-PR, SDE/DG/GERES-SC, Renda Interna Municipal - RS, Censo Demográfico/1991-IBGE

NOTAS: (1) Paraná e Santa Catarina, 1996; Rio Grande do Sul, 1992.

(2) Agregou municípios dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

(3) Proporção correspondente a 2,83% da população de SC; 0,41% da população do PR; 3,81% do VAF de SC; e 0,63% do VAF do PR.

MAPA 4
ESCALAS DA REDE URBANA
NA REGIÃO SUL - 1998



FONTE: IPARDES
BASE CARTOGRÁFICA: IBGE

- a) o complexo metropolitano riograndense, que constitui o processo aglomerativo mais dinâmico da Região Sul, envolvendo a aglomeração urbana metropolitana de Porto Alegre, uma mancha comum com 33 municípios³, que se expande em direção às pequenas aglomerações de Lajeado e Estrela; Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Teutônia e Vera Cruz; e Montenegro – em descontinuidade de mancha, mas com intensa integração econômica, que descrevem manchas contíguas entre si. Expande-se também em direção à aglomeração urbana de Caxias do Sul, com mais 11 municípios⁴. Esse complexo agrega 4.364.415 habitantes, com taxas de crescimento superiores à média do Estado, e concentra a atividade industrial do Rio Grande do Sul.⁵ Nesta aglomeração está localizado o principal conglomerado industrial do Estado, respondendo por 60,86% de seu valor adicionado total. É para esse espaço que também estão previstos mais que ¾ dos recursos para investimentos em atividades econômicas do Fundopem. Seu principal centro é Porto Alegre, que exerce influência sobre toda a rede urbana do Estado, adentrando inclusive o oeste catarinense. Outros centros de destaque na área metropolitana são Canoas, que desde 1980 integra o conjunto das cinco maiores cidades do Estado, São Leopoldo, que sedia uma das mais importantes universidades gaúchas fora da capital, e Novo Hamburgo, uma das mais importantes cidades do circuito coureiro-calçadista do Vale do Rio dos Sinos. Caxias do Sul é o segundo centro em importância no complexo e principal em sua aglomeração urbana, seguido por Santa Cruz do Sul, principal pólo exportador de fumo do Estado;
- b) a aglomeração metropolitana de Curitiba, que compreende 20 municípios⁶, dos quais 10 se encontram numa mancha de ocupação contígua. Essa contigüidade decorre do extravasamento do pólo sobre áreas vizinhas, num típico processo de periferização, com alta densidade e elevado grau de urbanização. A população desse conjunto corresponde a 2.381.195 habitantes, tendo apresentado taxa de crescimento superior a 3% a.a. e ascendente. Concentra 39,72% do valor adicionado total do Estado, participação que vem crescendo ao longo dos anos, e caracteriza-se por uma estrutura industrial diversificada – com a presença dos principais segmentos industriais modernos da metal-mecânica –, assim como por um terciário mais complexo. Sua importância deve ser reforçada com a implementação dos novos investimentos do Estado, dos quais mais da metade se dirige para a região. Nesse conjunto, evidencia-se a nítida hegemonia de Curitiba, cuja influência funcional abrange todos os municípios do Paraná e grande parte dos de Santa Catarina. Relativamente articulada à dinâmica desse espaço está a aglomeração urbana de Ponta Grossa. Principal pólo antigo do Paraná e um dos principais recentes, este município embora se reforce como pólo regional está longe de concorrer com a metrópole na oferta de funções de média e alta complexidade e na abrangência da polarização. Sua aglomeração agrega 323.855 habitantes, apresentando taxas de crescimento da população superiores à média do Estado. Participa com 3,90% do valor adicionado total do Estado em função de uma indústria diversificada, com forte peso agroindustrial na linha de laticínios;

³Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Gualba, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão, em contigüidade de mancha; Araricá, Charqueadas, Glorinha, Igrejinha, Ivoti, Parobé, Portão, Rolante, São Jerônimo, São Sebastião do Cai, Taquara, Três Coroas e Triunfo, em continuidade; e Bom Retiro do Sul, Dois Irmãos, Nova Hartz e Teutônia, em descontinuidade.

⁴Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha, Garibaldi e São Marcos em contigüidade de mancha; Flores da Cunha em continuidade; e Antonio Prado, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis em descontinuidade.

⁵Todas as informações referentes à população correspondem ao ano de 1991, e as taxas de crescimento, ao período 1991-96. Para o valor adicionado fiscal do Paraná e de Santa Catarina as informações são de 1996 e, para o Rio Grande do Sul, de 1992.

⁶Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais em contigüidade de mancha; Balsa Nova, Campo Magro, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul em continuidade; e Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

- c) o complexo do leste catarinense, que articula numa dinâmica comum a aglomeração pré-metropolitana de Florianópolis e as aglomerações urbanas de Joinville, Itajaí e Blumenau. A aglomeração de Florianópolis agrega 8 municípios⁷. A ocupação do pólo, sofrendo as limitações de um substrato natural permeado por áreas inadequadas, adensou a porção territorial continental, extravasando-se sobre os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça, constituindo, assim, densa mancha contígua de ocupação. Florianópolis, capital administrativa, tem uma estrutura ocupacional que confirma uma seletividade dos serviços financeiros e técnicos especializados, com um terciário moderno e complexo. Tais funções qualificam a aglomeração distintamente das demais aglomerações catarinenses. Na aglomeração urbana de Joinville, que agrega 8 municípios⁸, num processo de periferação, o pólo extravasou seu crescimento sobre os municípios de São Francisco do Sul e Araquari e vem definindo vetores de expansão em direção a outros municípios contínuos, incluindo Jaraguá do Sul, seu centro secundário, num processo intenso de comutação. Articulada a esta, a aglomeração urbana de Blumenau reúne oito municípios⁹, tendo Brusque como centro secundário. Integra fortemente a aglomeração urbana de Itajaí que agrega 6 localidades¹⁰. O complexo reúne 1.906.260 habitantes (31,22% na aglomeração de Florianópolis, 30,56% na de Joinville, 23,25% na de Blumenau e 14,97% na de Itajaí), com taxa de crescimento populacional superior à média do Estado. A participação desse complexo no valor adicionado catarinense é de 50,08%, numa dinâmica que destaca a aglomeração de Joinville, pela estrutura setorial nitidamente industrial com perfil caracterizado por segmentos modernos – sedia os pólos metal-mecânico e plástico de Santa Catarina e se reforça nas unidades de ensino superior e técnico, localizadas principalmente em Joinville. A aglomeração de Blumenau, com a segunda maior contribuição, tem uma dinâmica pautada fundamentalmente nas atividades da indústria têxtil e de confecção. A pré-metropolitana de Florianópolis tem menor participação na renda porém se distingue por um desempenho crescente (de 4,64%, em 1980, para 8,17% em 1996), quase que totalmente advindo de Florianópolis. A menor contribuição vem da aglomeração de Itajaí, plenamente influenciada por esse centro, que exerce uma função portuária fundamentalmente voltada à exportação de industrializados da confecção e da metal-mecânica, polarizando a área litorânea com importantes balneários, como Camboriú e Itapema. Para esse complexo estão orientados quase $\frac{3}{4}$ dos investimentos previstos para atividades econômicas no Estado, reforçando seu grau de concentração;
- d) o complexo urbano norte paranaense, que articula as aglomerações de Londrina e Maringá¹¹ – dois dos principais pólos regionais do Estado agregados a outros importantes centros da rede urbana paranaense –, reúne 1.154.131 habitantes e cresce a taxas superiores à média do Estado. Esse conjunto configura a principal aglomeração urbana do Paraná, na qual a polarização concorrente entre Londrina e Maringá exerce grande influência em todo o interior do Estado, penetrando no Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e em São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis). Ressalte-se a importância regional de Londrina por oferecer funções que se equiparam a Curitiba

⁷Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José em contigüidade; Antonio Carlos, Governador Celso Ramos e Santo Amaro da Imperatriz em continuidade; e Tijucas em descontinuidade.

⁸Joinville, Araquari, Garuva e São Francisco do Sul em contigüidade; Itapoá, Jaraguá do Sul e Schroeder em continuidade; e Guaramirim em descontinuidade.

⁹Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó em contigüidade; Brusque, Guabiruba e Pomerode em continuidade; e Ilhota em descontinuidade.

¹⁰Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú e Navegantes em contigüidade; e Itapema e Porto Belo em continuidade.

¹¹Londrina, Cambé e Ibiporã em contigüidade; Apucarana, Arapongas, Jataizinho, Rolândia e Tamarona em continuidade; Maringá, Paçandu e Sarandi em contigüidade; e Marialva em continuidade.

no atendimento a demandas de alta e baixa complexidade. Concentrando a segunda maior população do Estado, seguramente esse complexo vem exercendo o papel de principal absorvedor interiorano do movimento migratório intra-estadual. Um papel que tende a ser mantido, dado o peso de sua economia. Detém a participação de 10,48% do valor adicionado total, com suporte elevado de participação das atividades urbanas, especialmente as do comércio e dos serviços, sediando as duas mais importantes universidades estaduais. Essa participação decorre também de um setor industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância agroindustrial. É o segundo espaço de maior concentração de investimentos previstos para o Estado.

Outras unidades espaciais assumem papel importante no comando regional da rede de cidades do Sul. São aglomerações urbanas de menor porte populacional, polaridade menos abrangente e baixa diversidade funcional, mas com as mesmas características morfológicas das de maior porte no processo de ocupação:

- a) na mesorregião Oeste Paranaense, integram-se as aglomerações urbanas de Cascavel e Foz do Iguaçu. A primeira,¹² com 353.533 habitantes, configura mancha de ocupação contígua a Toledo – centro secundário da aglomeração – e vetores de expansão definidos na direção de Marechal Cândido Rondon. Cascavel é um pólo regional que se coloca entre as principais cidades paranaenses, reforçando-se na diversidade das atividades e funções que desempenha. Sua especificidade está na localização estratégica de acesso às fronteiras internacionais e no acúmulo de funções de alta e média complexidade para o atendimento às demandas regionais. Verifica-se a formação de anel de intenso crescimento de população nos municípios de seu entorno. Essa aglomeração comanda uma região agroindustrial, tendo a participação de 4,14%, no valor adicionado do Estado, fortemente condicionada por Cascavel e Toledo. A aglomeração urbana de Foz do Iguaçu, com forte integração sócio-econômica e proximidade geográfica à de Cascavel, possui 248.317 habitantes. Apresenta as maiores taxas de crescimento entre as aglomerações da Região Sul e elevada densidade populacional. Foz do Iguaçu é um importante centro na rede urbana paranaense, posicionando-se entre os principais centros nacionais. Configura mancha de ocupação contígua a Santa Terezinha do Itaipu e continua com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). Cumpre, dessa forma, o complexo papel de polarizar uma ocupação contínua de fronteira internacional, desempenhando funções que ora se complementam ora concorrem, num movimento de oportunidades regido pela política econômica e institucional de cada um dos países. Destaca-se pelas atividades de turismo – devido ao Parque Nacional do Iguaçu, às Cataratas e Itaipu – e do comércio de fronteira. Sua participação no valor adicionado do Estado é de 6,16%, bastante influenciada pela geração de energia por Itaipu;
- b) no Sudeste Riograndense, a aglomeração urbana de Pelotas possui 506.901 habitantes. Pelotas, pólo da aglomeração, com mais de 300 mil habitantes, desenvolve mancha contígua de ocupação com Capão do Leão e Rio Grande – a mais importante cidade portuária do Estado. A participação dessa aglomeração no valor adicionado estadual é de 4,79%, oriunda equilibradamente de Pelotas e Rio Grande;
- c) na mesorregião Sul Catarinense, a aglomeração urbana de Criciúma¹³, com oito municípios, abriga 329.511 habitantes e vem crescendo a taxas muito superiores à média do Estado. Seu centro principal é Criciúma, que desenvolve uma mancha de ocupação contígua a Içara. Sua importância na economia estadual advém de sua posição como o mais importante parque de cerâmica existente no país, o que lhe garante a participação de 4,98% do valor adicionado total do Estado.

¹² Cascavel, Toledo e Santa Tereza do Oeste em contigüidade; e Cafelândia, Corbélia e Ibema em continuidade.

¹³ Criciúma, Içara em contigüidade; e Araranguá, Cocal do Sul, Forquilha, Maracajá, Morro da Fumaça e Sombrio em continuidade.

Centralizando regiões tipicamente agroindustriais, com as características de elevada população e densidade, alto grau de urbanização e PEA predominantemente urbana, apresentando menor peso econômico, inexistência ou apenas tendência à formação de manchas contíguas de ocupação, centros fortemente articulados e envolvidos na mesma dinâmica sócio-econômica participam do comando da rede urbana do interior dos estados, configurando aglomerações descontínuas.

- a) Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Marau reúnem 320.572 habitantes numa aglomeração descontínua localizada na mesorregião Noroeste Riograndense, na qual Passo Fundo é o pólo mais importante. Compõe importante eixo agroindustrial no Estado, respondendo por 2,84% do valor adicionado total – valor bastante influenciado pelas atividades agropecuárias e do comércio;
- b) Ijuí compõe um conjunto fortemente articulado com Cruz Alta, Santa Rosa, Santo Ângelo, Horizontina e Panambi, na mesma mesorregião, com uma população de 333.414 habitantes. Ijuí distingue-se dos demais centros da aglomeração, seguido por Santo Ângelo. A aglomeração constitui importante eixo agroindustrial, respondendo por 3,08% do valor adicionado do Rio Grande do Sul;
- c) Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Joaçaba, Concórdia e Videira, no oeste catarinense, articulam-se em uma aglomeração descontínua pautada no complexo aves e suínos. Chapecó, um dos municípios mais importantes do Estado, distingue-se por apresentar uma estrutura ocupacional com maior diversificação e pelo maior peso em atividades urbanas. Os municípios da aglomeração abrigam 317.270 habitantes e vêm crescendo a taxas superiores à média do Estado. Participam com 9,08% do valor adicionado de Santa Catarina.

Outra categoria estruturadora são os eixos ou centros de menor porte, fortemente articulados, localizados em proximidade geográfica porém em descontinuidade, com menor população e menor densidade que as aglomerações descontínuas, integrados por uma dinâmica sócio-econômica comum. São eles:

- a) eixo do mobiliário, formado por São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra, centralizando a atividade mobiliária mais importante da Região Sul. Inclui também os municípios paranaenses de Piên e Rio Negro. Reúne em seu conjunto 174.783 habitantes e suas taxas de crescimento são elevadas. Participa com 3,81% do valor adicionado do Estado de Santa Catarina (e mais 0,62% do Paraná), tendo em São Bento do Sul – pólo do conjunto – a maior contribuição;
- b) eixo da avicultura, no sudoeste paranaense, formado por Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, somando 155.564 habitantes. São os centros principais de uma região que tem sua base produtiva caracterizada predominantemente por uma agropecuária voltada à agroindústria de aves e suínos, como extensão do eixo da agroindústria do oeste catarinense. Sua participação no valor adicionado total do Estado é de 1,36%;
- c) eixo da fruticultura e da madeira, formado por Caçador e Fraiburgo, no oeste catarinense, com 88.885 habitantes e taxas elevadas de crescimento. A participação desse eixo no valor adicionado de Santa Catarina é de 1,93%;
- d) eixo turístico, formado por Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis, que se insere geograficamente entre as aglomerações de Porto Alegre e Caxias do Sul. Embora possua algumas indústrias moveleiras, o eixo tem sua economia bastante ligada ao turismo. Reúne 89.825 habitantes, apresenta taxas crescentes da população total e responde por 0,68% do valor adicionado estadual.

Com características particulares, as ocupações contínuas urbanas de fronteira e litorâneas participam na organização da rede urbana como áreas concentradoras. As primeiras, formadas nas fronteiras dos estados e do país, desempenham papel polarizador no arranjo da rede sulina. Constituem

espaços urbanos contínuos, assentados sobre territórios político-administrativos distintos, que se apoiam e se beneficiam por agregar um contingente maior de população, fortalecendo o mercado local. A importância desses centros decorre de sua função estratégica, reforçada pelo comércio de fronteira. Dentre essas ocupações, estruturam a rede urbana:

- a) o centro fronteiriço de Uruguaiana, conurbado a Paso de los Libres, na Argentina, com 124.881 habitantes;
- b) o centro fronteiriço de Santana do Livramento, conurbado a Rivera, no Uruguai, com 85.554 habitantes.

As ocupações contínuas litorâneas também conformam conjuntos expressivos nos três estados como áreas de elevado crescimento populacional, densidade e contigüidade e/ou continuidade de mancha, apresentando mudança no perfil de ocupação e de funcionalidade do espaço, criando uma dinâmica local que extrapola a sazonalidade de uso. Correspondem:

- a) no Paraná, ao eixo de ocupação contínua de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná, com taxas de crescimento superiores a 10% a.a.;
- b) em Santa Catarina, ao eixo de Barra Velha, Penha e Piçarras, com taxas superiores a 3% a.a. e contigüidade de mancha de ocupação;
- c) no Rio Grande do Sul, em descontinuidade, correspondem ao eixo Capão da Canoa e Tramandaí, com taxas superiores a 5% a.a., e aos centros já consolidados de Osório e Torres, com taxas menores mas forte articulação.

Alguns centros têm o importante papel de polarizar regiões com base agropecuária ou desempenhar atividade terciária relevante, sem representar tendência à formação de aglomerações. Com essas características, são considerados centros regionais:

- a) Santa Maria – com mais de 233.351 habitantes e taxa de crescimento superior à média do Estado – localizada na mesorregião Centro-Ocidental Riograndense, exerce forte centralidade como provedor de comércio e serviços especializados. Posiciona-se entre os municípios com participação significativa no valor adicionado estadual (1,24%), sendo o mais importante centro de uma região especializada na produção de alimentos. Seu setor terciário é constituído predominantemente por atividades organizadas em bases modernas. A principal especificidade de grande parte de seus serviços é sua natureza pública (estatal), com relevância do ensino superior (Universidade Federal de Santa Maria) e da segurança nacional, com diversas unidades do Exército Nacional e uma base aérea;
- b) Guarapuava, na mesorregião Centro-Sul Paranaense, tem 155.835 habitantes e taxas de crescimento expressivas. Com uma estrutura urbana ainda não consolidada, começa a viver a pressão da evasão populacional das proximidades. Lidera uma região agroindustrial que integra a produção da soja e milho e a indústria da madeira. Responde por 1,52% do valor adicionado do Estado;
- c) Paranaguá é o centro portuário mais importante do Estado do Paraná. Possui uma população de 124.920 habitantes e vem apresentando expressivo crescimento. Abriga um moderno porto especializado na exportação de grãos. Sua participação no valor adicionado total é de 1,31%.

São considerados centros sub-regionais, sem configurar ou apresentar tendências a aglomerações:

- a) Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama, no Paraná, que polarizam regiões de base agropecuária, firmando-se como centros de comércio e serviços, e União da Vitória, que polariza uma região madeireira, situando-se numa posição de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, formando uma ocupação contígua a Porto União (SC). Todos esses centros têm população superior a 50 mil habitantes;

- b) em Santa Catarina, São Miguel do Oeste, que faz parte do complexo agroalimentar; Rio do Sul, que polariza uma região de agricultura de pequenos produtores; Tubarão, que sedia uma usina termelétrica na porção sul do Estado; e Lages, que é o centro tradicional de uma região madeireira, com a maior população desses pólos (148.860 habitantes);
- c) Bagé e Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, que possuem respectivamente uma população de 115.657 e 88.612 habitantes. Bagé se localiza no sul do Estado, polarizando uma região agropecuária, e Cachoeira do Sul, próximo à aglomeração Metropolitana de Porto Alegre.

TENDÊNCIAS NO ARRANJO SÓCIO-ESPACIAL

Os efeitos na dimensão social e nos arranjos espaciais, provocados pelas transformações na dinâmica econômica da Região Sul nos últimos anos, exigem novos mecanismos institucionais de planejamento e gestão.

O crescimento diferenciado, em grande parte influenciado pela localização de oportunidades econômicas, vem provocando uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração em aglomerações e eixos dinâmicos. O movimento de expansão das aglomerações metropolitanas do Sul, com a incorporação de áreas adjacentes na mesma dinâmica, exerce importante papel nesse processo. Verdadeiros complexos urbanos passam a contrastar com regiões caracterizadas por uma dinâmica lenta ou até de esvaziamento e estagnação. No entanto, as atividades tradicionais ainda exercem grande influência na possibilidade de retenção populacional no interior dos estados, provocando até mesmo a configuração de eixos de intenso crescimento e aglomerações.

Nas espacialidades de aglomerações urbanas, metropolitanas ou não, deverá haver pequena diminuição nas taxas de crescimento dos municípios polarizadores e a manutenção do ritmo elevado de crescimento dos periféricos, num movimento que absorve municípios cada vez mais distantes dos pólos. Nessas áreas, a dinâmica de crescimento populacional também deverá ser estendida a pequenos e médios municípios. Nas ocupações contínuas litorâneas, a mudança do perfil funcional urbano dos centros, independentemente do tamanho, poderá induzir à manutenção e até mesmo à elevação do ritmo de incremento da população.

Com o declínio e/ou automação das atividades industriais, continuará ocorrendo uma regressão do mercado de trabalho com conseqüências diretas na remuneração e na estrutura social. Certamente continuará aumentando também a informalização – com trabalhadores sem carteira assinada ou trabalhando por conta própria, sob a exigência de maior escolaridade –, assim como a concentração de renda, intensificando o processo segregador e excludente da ocupação do espaço urbano. O cenário previsto passa a ser o de cidades divididas, onde a polarização e a segmentação sócio-espacial resultam no aumento da contradição entre as áreas nobres e a periferia.

Os investimentos em infra-estrutura e serviços que reorganizam esses espaços para adequá-los às exigências urbanas de grandes projetos e então qualificá-los para concorrer na atração de atividades econômicas decorrentes dos novos circuitos de produção estarão beneficiando apenas poucos centros, que oferecem melhores vantagens comparativas, aprofundando o desnível na capacidade financeira dos municípios. Muitos dos municípios periféricos, preteridos pela escolha da alocação, terão dificuldades em atender às demandas sociais agudizadas pelo afluxo populacional.

Assim, a elevação dos investimentos modernizadores das áreas nobres configura áreas diferenciadas e cria externalidades incorporadas ao valor dos imóveis, definindo a seletividade do mercado fundiário no acesso e localização espacial da ocupação. Ao mesmo tempo, a retração na oferta de moradia nas áreas centrais e dos lotes populares nas áreas periféricas vai provocar a favelização e intensificar os processos de ocupação irregulares nas áreas públicas e privadas.

Decorrente do mesmo processo de mudança do perfil econômico e da valorização do solo dos centros, permanecerão intensos os deslocamentos dos segmentos de renda média, e mesmo

alta, para a periferia. A “modernização” das periferias, seja pela presença de atividades comerciais de grande porte, como *shoppings* e supermercados, seja por ocupações residenciais em condomínios de luxo, funcionando como enclaves fortificados, passa a concorrer em termos de localização com ocupações precárias, impulsionando um efeito de valorização do solo. Conseqüentemente, as periferias se expandem para regiões ainda mais longinquas das áreas de trabalho ou se adensam em áreas ambientalmente impróprias, portanto desvalorizadas. A carência de infra-estrutura, as limitações na oferta de serviços sociais essenciais, o custo do transporte e a precariedade em termos de acesso para o trabalho aumentam as dificuldades que a população periférica enfrenta. A formação desse modelo de periferias urbanas conforma e acentua a exclusão social.

Esse processo é também perceptível nos pólos isolados do interior dos estados que, pela diversificação de suas funções valorizando heterogeneamente o solo, também estarão reproduzindo os efeitos segregadores das aglomerações.

No inverso do processo de concentração, as áreas de esvaziamento também apresentam características espaciais contraditórias. Ao lado de um rural moderno, conectado às novas relações econômicas, persiste um rural arcaico que não viabiliza um dinamismo que garanta as condições para a retenção de sua população, confirmando também os extremos da seletividade e da exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aglomerações, em suas diferentes escalas, são a marca da morfologia da rede urbana da Região Sul. Em torno delas, giram as questões centrais relativas às transformações sócio-espaciais dessa Região. Portanto, prioridades e recomendações devem estar voltadas para administrar e maximizar as vantagens comparativas e, ao mesmo tempo, superar suas contradições. Nesse sentido, algumas ações devem ser destacadas:

- a) implementar um processo de planejamento que defina as referências nacionais em termos de prioridades setoriais e locais para os grandes investimentos urbanos, articulado a uma discussão local que inclua os vários agentes intervenientes na gestão urbana, do governo e sociedade, com garantia de maior contrapartida da iniciativa privada;
- b) regulamentar as políticas de incentivos como estratégias ao fortalecimento de centralidades, sem precarizar o atendimento às demandas sociais e comprometer a coesão regional/nacional, minimizando os efeitos da “guerra dos lugares”;
- c) dirigir uma política compensatória aos municípios-dormitório, preteridos pelo investimento econômico, porém absorvedores de grande contingente de população e sob pressão de crescente demanda, fragilizados em sua capacidade financeira e onerados pelos compromissos da descentralização das políticas sociais;
- d) reconhecer a precarização do emprego, oriunda da reestruturação e modernização das atividades econômicas, criando instrumentos que facilitem o desenvolvimento de atividades alternativas e priorizem programas de atenção às demandas sociais ampliadas – políticas habitacionais, de saneamento básico e de oferta de equipamentos urbanos e sociais;
- e) viabilizar e implementar instrumentos de controle do uso e ocupação do solo que garantam o cumprimento da função social da propriedade e da cidade e a sustentabilidade ambiental;
- f) agilizar a institucionalização de legislações adequadas às aglomerações urbanas e metropolitanas, pautadas em critérios nacionais, bem como a constituição de canais de representação que amenizem os conflitos entre a autonomia municipal, os interesses regionais e os da pluralidade dos segmentos;
- g) estabelecer pactos territoriais que rediscutam as prioridades de investimentos e redirecionem políticas públicas, efetivando a redistribuição da renda e da receita, respeitando e reforçando as funções regionais de cada município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. (1990). Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, P. F. C. (Coord). **A economia gaúcha e os anos 80** : uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre : FEE, 1990. p. 67-130.
- 2 ALONSO, J. A. F. (1997). Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 137-154, 1997.
- 3 BANDEIRA, P. S.; GRÜNDLING, N. A. (1988). **Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul. Década de 70**. Porto Alegre : FEE : CODESUL, 1998.
- 4 BREITBACH, Á. C. M. (1997). Estudo sobre a rede urbana do Estado do RS: abordagem preliminar. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Dinâmica da urbanização no RS** : temas e tendências. Porto Alegre : FEE, 1997. p. 107-151.
- 5 CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas : UNICAMP/IE/NESUR : IPEA : IBGE, 1999. 2v. (Coleção Pesquisa, 3)
- 6 CARNEIRO, M.C. (1998). **Regiões de influência das cidades** : rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras. Rio de Janeiro : IBGE/DEGEO, 1998. Não publicado.
- 7 CASTELO BRANCO, M. L. (1996). **Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas** : aspectos metodológicos. Rio de Janeiro : IBGE, 1996. Não publicado. Relatório 1: Metodologias e enfoques adotados para o estudo da rede urbana.
- 8 CUNHA, I. J. (1982). **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- 9 CUNHA, I. J. (1992). **O salto da Indústria catarinense** : um exemplo para o Brasil. Florianópolis : Paralelo 27, 1992.
- 10 CUNHA, I. J. (1996). **A indústria catarinense rumo ao novo milênio** : desafios, evolução e oportunidades. Florianópolis : FIESC : SEBRAE-SC, 1996.
- 11 DINIZ, C. C. (1993). Desenvolvimento poligonal no Brasil : nem desconcentração, nem continua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte : UFMG/FACE/DCE, v.3, n.11, p.35-64, set. 1993.
- 12 DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (1986). Mudança no padrão regional brasileiro : determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v. 8, n. 2, p. 32-42, fev. 1986.
- 13 IBGE (1991). **Tipologia dos municípios brasileiros, 1980**. Rio de Janeiro, 1991. (Cadernos de geociências especial)
- 14 IPARDES. **Diagnóstico da base produtiva do Paraná** : anos 80. Curitiba : IPARDES, 1991. 129 p.
- 15 IPARDES. **Dinâmica demográfica da Região Sul** : anos 70 e 80. Curitiba : IPARDES, 1997. 180p. Convênio IPARDES, MEC/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, UNICAMP/Instituto de Economia.
- 16 LOURENÇO, G. M. Cenários do agronegócio no Paraná: restrições e oportunidades. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.20, n.7/8, p.1-33, jul./ago. 1998.
- 17 LOURENÇO, G. M. (1995). A economia paranaense em 1994 : síntese executiva. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.17, n.1/2, p.21-23, jan./fev. 1995.
- 18 LOURENÇO, G. M. (1996). A recuperação do investimento e as oportunidades da economia paranaense. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.18, n.1/2, p.3-8, jan./fev. 1996.
- 19 LOURENÇO, G. M. (1996). Atração de empresas e concentração industrial no Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.18, n.11/12, p.3-10, nov./dez. 1996.
- 20 LOURENÇO, G. M. (1997). Oportunidades regionais no Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.19, n.9/10, p.3-7, set./out. 1997.

- 21 LOURENÇO, G. M. (1997). Reconfiguração da dinâmica econômica regional : breve interpretação. **Análise Conjuntural**, Curitiba : IPARDES, v.19, n.1/2, p.3-7, jan./fev. 1997.
- 22 NEVES, G. R. (1971). Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro : IBGE, v. 30, n. 222, p. 19-57, maio/jun. 1971.
- 23 NEVES, G. R. (1990). A rede urbana e as fronteiras : notas prévias. In: OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre : FEE, 1990. p.118-140.
- 24 NOGUEIRA, M. A. et al (1998). **Projeto 2010: investimentos, o mapa da nova economia gaúcha**. Porto Alegre : Secretaria de Estado da Coordenação e do Planejamento do Rio Grande do Sul, 1998.
- 25 OLIVEIRA, N. et al. (1990). O processo de urbanização no Rio Grande do Sul : características recentes. In: ALMEIDA, P. F. C. **A economia gaúcha nos anos 80** : uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre : FEE, 1990. p. 131-163.
- 26 SANTA Catarina em exame. **Exame**, São Paulo : Abril, n. 668, p. 1-22, 12 ago. 1998. Encarte.
- 27 ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (1994). **Metrópole** : Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba : IPARDES, 1994.
- 28 UNICAMP/NESUR. **Agrupamento de municípios - (Cluster)**. Campinas, 1998. Não publicado.
- 29 URBAN, M. L. de P. (1995). **Indústria paranaense** : estrutura segundo tamanho, composição e características relevantes. Curitiba : CITPAR, 1995.
- 30 URBAN, M. L. de P.; BESEN, G. (1997). **Paraná: repensando sua economia**. Curitiba, 1997. 20 p. Não publicado.